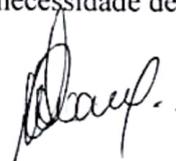


Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas, no Teatro Municipal, ocorreu a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia- COMPAC. O Secretário Interino de Cultura e Turismo e Presidente do COMPAC, Pastor Luiz Sérgio Ferreira Costa, dá início à reunião, agradecendo a participação de todos. Estiveram presentes: Marco Aurélio Fonseca (como titular da Secretaria de Cultura e Turismo) e Juliana Faure (como suplente); Diego Rodrigues dos Santos (Secretaria de Educação), Paulo Henrique de Assis (Câmara Municipal), Joel Eustáquio da Silva Dias (Creia), Wesley Pereira Soares (OAB), Francisco Carlos da Silva (OAB), Adalberto Andrade Mateus (Associação Cultural Comunitária), Aparecida dos Santos Carmo Evangelista (Associação Quilombola de Pinhões), Glaucon Durães da Silva Santos (Mitra Arquidiocesana de Santa Luzia), José Elio Gonçalves dos Santos (Associação Comunitária do Bairro Londrina), Celso de Aquino Pereira dos Santos (ONG Patrulheiros da Paz) e Bruno Lana (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação que, por motivo de atraso, esteve presente na reunião a partir do segundo item da pauta). A reunião começa pela deliberação e aprovação do relatório técnico detalhando a necessidade de troca do telhado do Galpão do setor de sinalização de trânsito. Pastor Luiz Sérgio pede que a Sra. Márcia, servidora da Secretaria de Cultura e Turismo, fale sobre as especificações do prédio onde o departamento de trânsito está. Marcia esclarece que o espaço se trata de um galpão que se encontra nas dependências da Prefeitura, no espaço onde antigamente funcionava o Complexo do Frigorífico Frimisa. Informa que o espaço possui cobertura de telha cerâmica e que foi constatada a necessidade de troca das cerâmicas e do madeiramento danificado, tomando os devidos cuidados para não descaracterizar o espaço. Glaucon pede maiores informações acerca deste processo, já que recebeu a documentação por e-mail e não conseguiu acessá-la porque o arquivo disponibilizado estava zipado. Adalberto questiona se houve alterações no processo, tendo em vista que as telhas de cerâmica seriam trocadas por um modelo em amianto. Márcia esclarece que a manutenção das telhas de cerâmica foi assim definida para se manter a caracterização do prédio. Joel realinha a importância de preservação das características do prédio, enfatizando que o processo de intervenção está sendo bem conduzido, respaldado no trabalho técnico. Marco Aurélio pede que o relatório seja colocado para aprovação, contabilizando a aprovação de dez conselheiros e uma abstenção, do Sr. Glaucon. Segue-se para a segunda pauta da reunião, acerca da aprovação da quarta medição das obras do Museu Histórico Aurélio Dolabella. Márcia agradece as visitas dos

conselheiros ao local da obra. Adalberto, dirigindo-se aos demais conselheiros, ressalta a importância da visitação para entender o processo de deterioração das estruturas. Exemplifica que ao ver a abertura de valas no local da obra pôde ver a ação do tempo nas estrutura do bem. Márcia enfatiza a importância dessa visitação para o entendimento dos processos e projeta uma apresentação em Power Point, contendo imagens da obra, para exemplificar sua fala. Mostra fotos dos esteios danificados e as intervenções na lateral leste (na Rua do Serro). Esclarece que estão realizando o mapeamento, retirada das pedras e prospecção do pé do esteio e que, a partir dessa análise, determina-se a intervenção necessária para a recomposição do local. Márcia afirma que, infelizmente, todos os lados da lateral leste estão danificados e que será necessário fazer a sapata em concreto, chapear, realizar o fechamento e, posteriormente, recompor o espaço com a pedra que foi mapeada e retirada. Demonstra a linha da varanda, esclarecendo que foi feito o chapeamento, sendo constatadas possíveis intervenções realizadas em diferentes períodos, para além daquela realizada em 1977 e que se encontra registrada pelo IEPHA. Esclarece que as peças são limpas, avaliadas e, quando constatado danos, são substituídas por madeira de mesma característica. Fala sobre a limpeza dos barrotes e mostra imagens das visitações. Márcia fala que, atualmente, não estão realizando nenhum mapeamento da área do pátio, sendo, pontualmente, retiradas pedras que são mapeadas e novamente recolocadas para que, no futuro, quando forem realizados os processos de dreno, seja feita a adequada recomposição. Esclarece que a equipe encontrou inúmeras particularidades no pátio e que, provavelmente, o trabalho neste espaço demandará aditivos. José Élio pergunta sobre os tipos de madeira usados. Márcia informa que, usualmente, opta-se pelo uso de Braúna, Aroeira, Cedro e Sucupira. Glaucon questiona sobre a responsabilização do Conselho pelo que é deliberado com relação às medições. Márcia afirma que a responsabilização é da equipe de fiscalização que está na obra. Pastor Luiz Sérgio fala que a aprovação passa pelo COMPAC por conta do FUMPAC, sendo que o conselho não avalia o detalhamento técnico da obra, mas sim a verificação dos embasamentos dos processos. Márcia esclarece que a visita dos conselheiros pode ser feita entre as 08h00min - 16h00min. Enfatiza que são os técnicos fiscais que aprovam a medição, enfatizando que a equipe é bastante criteriosa. Joel complementa dizendo que é necessário deixar claro qual é a real atribuição do Conselho, já que muitas vezes os conselheiros ficam temerosos de avaliarem a medição e entendem que o acompanhamento é necessário para tentar evitar desvios e equívocos. Pastor Luiz Sérgio fala que o processo de restauro do Museu Aurélio Dolabella tem

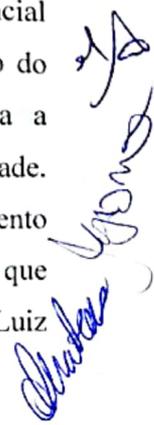
envolvido inúmeros profissionais ao longo do tempo, já que teve início em 2014. Reafirma que os processos são realizados pelos técnicos e que são estes que apresentam as informações para serem avaliadas pelos Conselheiros, para que estes possam avaliar se os processos estão sendo desempenhados de acordo com aquilo que estava previsto. Esclarece que a fala de hoje compreende apenas uma parte deste processo (relativa à quarta medição). Gustavo intervém dizendo que as atribuições dos conselheiros estão previstas na lei 3978/2018. Pastor Luiz Sérgio fala que o processo foi fiscalizado pelo engenheiro Hugo e pela arquiteta Márcia Cristina, constatando o valor de cento e sete mil novecentos e sessenta reais e dezenove centavos para a realização da quarta medição. Solicita a votação desta etapa, sendo aprovada por unanimidade. Segue-se para a próxima pauta acerca da deliberação e aprovação sobre o projeto de restauração do Teatro São Francisco/ Teatro Rural. Márcia fala sobre o entorno de proteção atual do teatro, dizendo que é necessário ampliar em cinco metros a área que atualmente está delimitada, para que seja garantida a acessibilidade, drenagem e instalação de fossa séptica, enfatizando que esta é uma ação de caráter emergencial. Projeta uma apresentação em Power point para demonstrar, por meio de imagens, as propostas de alteração na área de entorno de proteção. Adalberto Mateus intervém, perguntando se houve alteração com relação às deliberações acordadas anteriormente relativas à intervenção no teatro. Márcia esclarece que estão sendo priorizadas questões emergenciais relacionadas ao perímetro de proteção do teatro, para que sejam priorizadas ações de restauração do Teatro. Informa que será realizado um trabalho de sinalização, por meio da inserção de um Totem localizado no canteiro da rodovia de acesso ao Teatro. Glaucon intervém falando que a região de Taquaraçu é uma região rural reconhecida pelo Plano Diretor e que a duplicação da MG 020 causou severos impactos ao território, devido ao aumento da urbanização. Questiona a inserção de elementos como o curral (que justifica a nomenclatura de um "Teatro de Curral"), bem como a inserção de elementos estranhos à arquitetura do espaço, que é alheia ao bem (como, por exemplo, a escolha de palmeiras para o paisagismo do local). Márcia fala sobre a impossibilidade de refazer o cercado que caracterizava o curral, já que isso causaria a reconstrução de um falso histórico. Enfatiza a impossibilidade de restauração de bens que já não existem, e esclarece que o restauro será feito apenas no teatro, e que nos demais espaços haverá intervenções contemporâneas. Adalberto pergunta se será construído um passeio na lateral do espaço, e Márcia responde que serão efetuadas adaptações para garantir a acessibilidade. Também esclarece a necessidade de drenagem



do espaço para evitar danos na estrutura da edificação. Joel pede que seja realizado um estudo e a elaboração de um relatório técnico, que esclareça as intervenções contemporâneas, bem como a explicação da escolha dos elementos paisagísticos. Márcia afirma que os estudos relativos às espécies nativas da região já estão sendo realizados. Yasmin, estagiária da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, propõe compartilhar esses documentos para que os conselheiros possam ter acesso aos estudos dos projetos. Afirma que o projeto foi aprovado pela comunidade tendo sido trabalhando conjuntamente com ela. Também reafirma o importante papel que o profissional técnico assume ao conduzir esses processos. Bruno questiona o perímetro da área de proteção do bem, e o Pastor Luiz Sérgio esclarece que a equipe o informou que a proprietária da área ao redor se dispôs a ceder o espaço para ampliação do perímetro de tombamento. Enfatiza a fala do Glaucon, falando sobre a perda do curral e enfatiza a fala da Márcia com relação à impossibilidade de criar um falso histórico para reconstituir esses espaços. Reafirma a importância de conduzir as ações da Secretaria para incentivar a preservação do Teatro e não permitir sua destruição. Joel pergunta sobre a utilização do Teatro nos últimos anos, e Pastor Luiz Sérgio fala que o espaço está abandonado, mas que se espera retomar a utilização do bem. Joel pede que seja apresentado um programa de projeção de uso do Teatro Rural, por parte da Secretaria, para que não sejam despendidos esforços para um bem que não será utilizado. Márcia enfatiza a importância de se tratar os assuntos em etapas, para que se possa agir e evitar que o bem seja perdido. Pastor Luiz Sérgio solicita a aprovação do processo de aumento do raio de tombamento, sendo aprovado por unanimidade. Adalberto fala sobre a importância de não se tratar de maneira romantizada os processos, entendendo as dinamicidades relacionadas ao Teatro Rural e impedindo que sejam criados cenários fictícios. Pastor Luiz Sérgio fala que o quarto item da pauta de reunião, relativo à deliberação e aprovação da troca de telhados do Instituto São Jerônimo não será abordado pela falta de informações. Segue a reunião abordando a aprovação do Dossiê de Registros da Comenda Antônio de Castro e Silva, bem como as ações em âmbito das comemorações pelo aniversário da cidade. Pede que a Servidora Mikaela Monteiro Moraes esclareça as questões. Mikaela retoma a fala sobre o Teatro São Francisco e fala que estão sendo realizados estudos, sobretudo a partir da história oral, para embasar os projetos e ações relacionados ao Teatro. Mikaela fala sobre a solenidade da Comenda Antônio de Castro e Silva, esclarecendo que, em 1990, ela foi instituída, destacando a entrega do Diploma de Honra ao Mérito aos indivíduos que tenham prestado serviços

relevantes para educação, política e cultura no município. Esclarece que, em 2015, a comenda foi reconhecida como patrimônio imaterial de Santa Luzia. Mikaela enfatiza que, apesar desse reconhecimento, ainda não havia sido composto o dossiê relativo à solenidade e que, atualmente, tem trabalhado em sua realização. Esclarece que as ações têm envolvido a realização de entrevistas com familiares do Antônio de Castro Silva, bem como o levantamento de documentação, salientando a dificuldade da pesquisa documental devido à ausência de arquivos no município. Informa sobre a Solenidade, explicando que ela conta com dois elementos fixos: a Missa Solene e a Entrega da Comenda. Esclarece que, no ano passado, não foi possível entregar a comenda para os agraciados devido à impossibilidade de realização do evento por conta das restrições sanitárias em decorrência da pandemia do Covid-19. Glaucon saúda a Mikaela pela realização do dossiê, esclarecendo que leu o documento disponibilizado e solicita que as pesquisas sejam feitas de maneira mais aprofundada para garantir maior robustez de informações. Enfatiza que o dossiê não traz tantos elementos da vida política do Sr. Antônio de Castro e Silva, e pede que as adjetivações relativas ao uso do apelido “Castrinho” sejam evitadas, salientando que este uso pode ser uma opção desrespeitosa. Pastor Luiz Sérgio intervém falando que o uso do termo “Castrinho” foi adotado em respeito à família do agraciado que se refere a Antônio de Castro Silva desta maneira. Mikaela complementa dizendo que as fontes documentais relacionadas à entrega da Comenda, muitas vezes, referem como “Comenda Castrinho”, sendo relevado socialmente e pela própria família. Ressalta o vínculo com a memória luziense, enfatizando a importância da relação deste bem com a sociedade. Com relação à pesquisa, esclarece que a equipe não fica responsável apenas por este trabalho, e que tem se empenhado na busca por fontes escritas e orais que possam embasar o dossiê. Também falou sobre a opção de não dar destaque para a vida política do Sr. Antônio de Castro, para não enfatizar nenhum aspecto em detrimento de outros. Bruno, pergunta se haverá alguma alteração no dossiê que foi apresentado a partir das sugestões do Glaucon, e Mikaela responde que algumas sugestões foram acatadas e atualizadas. Glaucon pede que seja feita nota de rodapé esclarecendo sobre as dificuldades de acesso às fontes no município. Pastor Luiz Sérgio enfatiza que este dossiê pode, posteriormente, ser atualizado, mediante a descoberta de novas fontes. Adalberto questiona em qual momento a comenda passou a restringir três áreas de atuação, deixando de fora, por exemplo, profissionais da saúde. Mikaela fala que a lei 1359/90, que Institui o Diploma de Honra ao Mérito “Antônio de Castro e Silva”, determina que

a escolha dos agraciados leve em conta os aspectos da prestação de serviços à cultura, à vida pública e ao ensino do município. Salienta que, apesar de só estarem previstos essas categorias, pode-se pensar em acrescentar novas. Também propõe que seja realizada uma pesquisa que justifique a escolha dos agraciados, resguardando-se o direito de participação da sociedade civil. Mikaela fala sobre a importância de se efetivar pesquisas para justificar a entrega da comenda para determinados agraciados. Celso fala sobre o relevante papel de Castrinho na sociedade luziense e que uma homenagem que leva o seu nome deveria abranger mais aspectos para condecorar pessoas que realmente prestam serviços à cidade. Pastor Luiz Sérgio solicita a votação para aprovação do Dossiê, sendo constatado apenas um voto contrário, do Sr. Glaucon. Pastor Luiz Sérgio anuncia o próximo tópico da reunião, para tratar de informações sobre as comemorações pelo Aniversário de 330 anos da cidade de Santa Luzia, bem como a aprovação dos banners e cartilhas para serem expostos e distribuídos na cerimônia de comemoração do aniversário da cidade. Mikaela esclarece que a comemoração tem sido pensada para dar ênfase aos 330 anos de história de Santa Luzia. Esclarece que a equipe tem planejado uma exposição gráfica a partir de um poema ilustrado; Exposição de desenhos de alunos da rede pública (do ensino fundamental) que retratem os diversos espaços de Santa Luzia; Palestras proferidas por Adalberto Mateus (falando sobre a formação do município) e Chico Soares (abordando a expansão do distrito do São Benedito); Solenidade da entrega da Comenda e a realização da Missa Solene. Pastor Luiz Sérgio fala sobre o impedimento de realização da festividade nos últimos dois anos por conta das restrições provocadas pela pandemia. Glaucon fala que a Missa Solene é uma categoria específica de Missa, e pergunta as características da Missa que é realizada em âmbito das comemorações do dia 18 de março. Pastor Luiz Sérgio esclarece que essas questões são definidas pela equipe da Igreja. Adalberto fala sobre a necessidade de ampliar essa forma de comemoração, visando um culto mais ecumênico, para não restringir à apenas uma fé religiosa. Joel enfatiza a grande riqueza cultural de Santa Luzia e ressalta como é triste a falta de exploração do potencial turístico de Santa Luzia, pedindo que seja considerado o caráter cultural múltiplo do município para a realização das comemorações. Pastor Luiz Sérgio enfatiza a responsabilidade de todos os cidadãos para contribuírem para o avanço da cidade. Solicita que seja aprovado os custos para a realização da festa. Apresenta o orçamento para impressão do banner personalizado e impressão de cartilhas, esclarecendo que essas ações gerariam um gasto de quatro mil trezentos e setenta reais. Pastor Luiz



Sérgio pede que sejam apresentados os demais gastos do evento. Marco Aurélio esclarece que não haverá outros gastos, já que a Secretaria já conta com estrutura para sua realização (local próprio, som e iluminação). Adalberto questiona se os nomes agraciados serão os mesmos do ano passado, tendo em vista que, por conta da pandemia, não houve a entrega do diploma para os agraciados eleitos no ano de 2021. Pastor Luiz Sérgio informa que os nomes deste ano serão diferentes, tendo em vista que os nomes eleitos para o ano de 2022 já estavam previstos. Wesley intervém dizendo que seria importante agraciar os nomes que foram escolhidos no ano passado, juntamente com os nomes escolhidos para serem condecorados este ano. Pastor Luiz Sérgio afirma que não há problemas em agraciar ambos e pede que os membros votem sobre a possibilidade de agraciar os eleitos de ambos os anos, sendo aprovado por unanimidade. Joel pergunta se as despesas com a confecção dos banners e impressão das cartilhas já foram efetuadas, e Pastor Luiz Sérgio esclarece que o gasto só será efetivado se o COMPAC aprovar os valores apresentados, sendo também aprovado por unanimidade. Joel pergunta sobre a indicação dos homenageados. Pastor Luiz Sérgio responde que é o Executivo quem elege os agraciados. Joel pede que as votações sejam feitas em ordem alfabética para evitar que os votos sejam influenciados e direcionados em massa. Pastor Sergio fala que, apesar de respeitar a opinião do Joel, acredita na seriedade do trabalho dos Conselheiros. Joel enfatiza a necessidade de trazer para votação apenas ações que ainda não foram executadas para se evitar problemas como aqueles que surgiram no momento da medição das obras e que foram abordados na última reunião do Conselho. Maria Aparecida reafirma a fala do Joel, lembrando que isso já aconteceu em outras ocasiões. Pastor Luiz Sérgio ressalta a importância de ser criterioso para o cumprimento das funções de cada setor, e lembra que o Conselho não é uma instância suprema, mas parte de todo o processo. Enfatiza que o Conselho não deve assumir o papel de comando da cidade, já que a cidade não é do Conselho, mas sim de cada um dos cidadãos. Lembra que o Conselho é responsável por deliberar e refletir sobre as diversas questões, atuando como parte integrante da sociedade. Aparecida enfatiza a boa condução da reunião. Pastor Luiz Sérgio agradece a presença e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Amanda Gomes, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia.

Adalberto Andrade Mateus



Aparecida dos Santos Carmo Evangelista Aparecida dos Santos Carmo Evangelista  
Bruno Dias Lana Bruno Dias Lana  
Celso de Aquino Pereira dos Santos Celso de Aquino Pereira dos Santos  
Diego Rodrigues dos Santos Diego Rodrigues dos Santos  
Francisco Carlos da Silva Francisco Carlos da Silva do qualis 100  
Glaucôn Durães da Silva Santos Glaucôn Durães da Silva Santos  
Joel Eustáquio da Silva Dias Joel Eustáquio da Silva Dias  
José Elio Gonçalves dos Santos José Elio Gonçalves dos Santos  
Juliana Cristina Facre Juliana Cristina Facre  
Marco Aurélio Fonseca Marco Aurélio Fonseca  
Paulo Henrique de Assis Paulo Henrique de Assis  
Wesley Pereira Soares Wesley Pereira Soares

9/12

